

# anti— ~~capitalista~~

Nos  
palcos



O combate  
à pobreza de  
escolha em  
escolha

PP 5 — 7

da justiça  
social

# Chegaram os Santos!

**O**s momentos de solstício, entre o ritual pagão e a incompleta captura desse ritual por parte das várias religiões e doutrinas, são momentos de celebração, de saudação, de confronto e de prece... São, entre todas estas coisas, momentos de celebração popular. São também formas, variáveis no espaço e no tempo, de encontro e de afirmação do coletivo onde as agruras são expiadas ou satirizadas. Nesta altura colocam-se as mágoas sob a energia contagiante da festa e das grandes ou pequenas transgressões.

Há quem diga, com razão, que estas festividades e a permissividade que se lhes associa são intervalos necessários para a manutenção da ordem dominante. São momentos de permissivo interlúdio, para o jogo da crueldade e da injustiça que volta dentro de momentos. Sem a respiração destes momentos de exceção, sem essa “alegria fugaz” de que nos fala Chico Buarque, em versão sambista, nenhuma ordem ou regime se sustentaria. Mas mesmo assim, ainda que por pouco tempo, ainda que de forma pouco duradoura, os momentos de festa são o que resta de

um convívio com as forças mais indomáveis da natureza, que nos abrange nessa indocilidade, colocando em partilha o alargamento de possibilidades que cada festa permite. Em momentos de festa vimos o bico ao prego às hierarquias e aos poderes. Espreita, nas festas de solstício, a vida boa que é preciso politizar, levando para fora dos dias marcados a fratura dos quotidianos cinzentos e injustos, que por demasiadas vezes são tomados por inevitáveis.

Não sabemos se as marchas do Orgulho, se as Festas da Diversidade, se o próprio Acampamento Liberdade e outros momentos de festa e de convívio político devem o seu calendário apenas ao acaso e ao sol, ou se não decorrem da mesma energia que alimenta, de força subversiva, as festividades de solstício. Mas sabemos que “chegaram os Santos”. Com eles vamos aprendendo que não é da ordem do milagre o que deles reclamamos. O que queremos, o que nos propomos conquistar, nutre-se com toda a certeza da sinceridade do encontro, dos sorrisos sem margem de exclusão, da festa que nos convoca a que não abdiquemos de nada.

## 2 Editorial

Chegaram os Santos!

## 3 Educação

Rankings de Escola: a necessidade de uma problematização ética

## 5 Combate à pobreza

O combate à pobreza de escolha em escolha

## 8 Saúde

Direito à saúde, Mais SNS. O SNS merece um movimento assim...

## 10 Ativismo

Estamos zangadas!

## Dossiê | Periferias Queer

Andrea Peniche  
Duarte Santos  
Filipe Gaspar  
Patricia Felício  
Paul B. Preciado

### Conselho editorial

Alda Sousa  
Andrea Peniche  
Andreia Galvão  
Daniel Borges  
Francisco Louçã  
Hugo Monteiro  
Inês Sena  
João Bernardo Narciso  
José Miguel Ricardo  
Leonor Figueiredo  
Patricia Felício  
Paulo Ferreira

### Design gráfico e paginação

José Torres  
Duarte Santos

### Participaram nesta edição

Alda Sousa  
Ana Brito Jorge  
Ana Vasquez  
Andrea Peniche  
Duarte Santos  
Filipe Gaspar  
Hugo Monteiro  
José Soeiro  
Liliana Lopes  
Patricia Martins  
Paul B. Preciado  
Pedro Duarte

### Depósito Legal

441931/18

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

# *Rankings de escola: a necessidade de uma problematização ética*

texto de Pedro Duarte

**N**o passado dia 16 de junho, foram publicados os (errada e simplificada) denominados rankings escolares. Diferentes títulos pululavam na comunicação social, como ‘descubra onde ficou a sua escola’, ‘melhores alunos estão no norte do país’, ‘a melhor escola do país está a norte’, ‘as piores escolas estão situadas no centro do país’ ou, no estilo faça você mesmo, ‘crie o seu próprio ranking das escolas portuguesas’<sup>1</sup>. O mediatismo é inegável, ultrapassa os títulos e é, igualmente, evidenciado pelo número de entrevistas, crónicas, textos jornalísticos, entre outros, que foram também publicados nesses dias.

Nestes, já rotineiros, períodos de publicação dos rankings, diferentes tendências parecem surgir, numa espécie de tradição mediática que, por algum motivo, importa preservar. Destaco quatro.

1. A primeira associa-se à comparação entre os estabelecimentos de ensino público e os estabelecimentos de ensino privado. De acordo com esta perspetiva, as organizações escolares públicas apresentam características específicas, tradicionalmente associadas às particularidades de cada contexto e dos seus estudantes (e famílias), que tornam qualquer comparação com o ensino privado inadequada. Alerta, apenas, que tal postura, ainda que sensível à diferença entre o ensino público e o ensino privado, legítima, mesmo que implicitamente, modos de hierarquização das organizações escolares, desde que seja feita mediante a separação entre colégios e estabelecimentos de ensino público.

2. A segunda prende-se com a inadequação das técnicas/instrumentos de recolha de dados e com a insuficiência



dos critérios utilizados. É por demais elementar que o ranking das escolas privilegia, predominantemente, os resultados académicos, em especial os resultados dos exames nacionais do Ensino Básico e do Ensino Secundário, como principais critérios de ponderação. Meramente numa discussão técnica, é completamente despropositado considerar que instrumentos que visam avaliar individualmente estudantes possam estabelecer-se como o principal critério para avaliar organizacionalmente escolas. Há, por isso, um sério problema de validade

3. Uma terceira linha de divulgação jornalística foca-se nas características de cada organização como meio para explicar as diferenças nos resultados. Esta postura é acrítica em relação aos rankings, tomando-os como um critério da efetiva qualidade das instituições. Assumir que os rankings podem criar normas universais a serem assumidas pelas diferentes escolas traduz-se numa profunda desconsideração das singularidades institucionais de cada organização, da sua história, cultura, comunidade, entre outras.

4. A última ideia baseia-se num certo discurso fatalista e derrotista sobre o sistema educativo, em particular orientado para o fracasso da escola pública. Na realidade, este discurso não decorre diretamente da publicação destes rankings, resulta, aliás, da sua instrumentalização, de forma a reforçar os pontos de vista que defendem a liberdade de escolha, e outras posturas similares. De acordo com tal tendência, visa-se, sobretudo, prosseguir com uma crítica ao funcionamento das escolas públicas, considerando que se os resultados dos exames são melhores nas escolas privadas, isso apenas demonstra a superior qualidade destes estabelecimentos. Tal opção discursiva não só opta por legitimar os rankings como um instrumento valioso para a compreensão das realidades educativas, como os inscreve naquilo que são os seus posicionamentos mais amplos. O aproveitamento político, aqui, é inegável, dado que, ao reduzir a reflexão aos lugares cimeiros, procura estabelecer a premissa básica “privado bom, público mau”, ignorando como, nesta listagem hierarquizada, existem diferentes colégios, em múltiplas posições.

Dada a expressão pública que estes quatro discursos já apresentam, optarei por uma linha de pensamento que, acredito, tem tido menor representatividade: o alicerce ético subjacente a estas publicações. Assumirei como principal propósito a discussão sobre as dimensões éticas subjacentes aos rankings.

Que valores se promovem com a publicação de rankings?

Existem vários valores que poderão estar relacionados com tais listas, como o mérito ou a excelência. Contudo, a publicação de uma ordenação hierárquica melhor se associa a um valor em concreto: a competição. O próprio discurso mediático assim o evidencia; lógicas como ‘descubra qual é a melhor escola do país’ ou, ‘onde ficaram as escolas do município no ranking nacional?’ enfatizam esta ideia de competição entre escolas, como se a educação de uma corrida se tratasse – como nota, alerta que esta ideia de corrida se inscreve em opções políticas mais amplas, sendo, talvez, mais evidente no

projeto norte-americano *Race to the Top*, que tem ecos em diferentes países internacionais.

A opção por graduar individualmente cada escola cria o substrato ideal para as escolas competirem entre si na tentativa de ficarem, simbolicamente, à frente uma da outra. Esta opção conduz, mesmo que de forma implícita, à desvalorização de valores como a colaboração, a solidariedade ou a cooperação. Por esse motivo, necessitamos de estar cientes que a publicação dos rankings legitima a competição e a competitividade como os princípios basilares das práticas educativas, atribuindo uma importância secundária a valores que promovam a interajuda, o comprometimento com causas comuns ou o trabalho em rede.

Quem beneficia com a sua publicação?

Se os rankings tendem a conduzir ao empobrecimento curricular e a práticas de competitividade entre escolas, o que dificulta um trabalho em rede, quem beneficia com eles?

Em primeiro lugar, a corrente ideológica dominante, que, através dos rankings, legitima um conjunto de premissas: que é possível medir a qualidade das escolas; que as escolas podem ser hierarquicamente comparáveis; que a educação se resume a resultados quantificáveis; que a educação pública é de pior qualidade; etc. Há, assim, a possibilidade de reforçar tais pressupostos ideológicos, estabelecendo-os como senso comum, dificilmente contrariáveis.

Em segundo, há um benefício para determinadas organizações escolares. Não sendo necessariamente privadas, as organizações que ficam mais bem colocadas nestas listagens acabam por ser entendidas como as melhores escolas. Esta perspetiva condiciona as preferências das famílias, relativamente às matrículas, que tendem a privilegiar tais estabelecimentos de ensino.

Em terceiro, a própria comunicação social (assim como as instituições que auxiliam a criação dos rankings), que, na senda de tais publicações, acresce o número de visualizações, de rentabilidade subjacente à publicidade, de vendas, entre outros.

Nenhuma escola existe no vazio. Nenhuma escola se encontra dissociada de uma comunidade, com desafios e aspirações concretas. Acima de tudo, os estabelecimentos de ensino têm um compromisso maior com esta comunidade. Não é possível criar formas de entender as organizações escolares que não estejam especialmente atentas ao diálogo entre a escola e a sua comunidade. Ignorar esta dimensão escolar representa a tentativa de reconfigurar ontologicamente a escola como uma instituição apenas responsável por resultados académicos, sem responsabilidades educativas, sociais, políticas e éticas mais amplas.

Voltaremos, em próximo número, à urgência de se estabelecerem modos alternativos à demagogia dos rankings.

<sup>1</sup> Estes títulos foram inventados, ainda que inspirados na singela realidade jornalística dos dias subsequentes à publicação dos ditos rankings.



## *O combate à pobreza de escolha em escolha*

texto de Liliana Lopes

**N**ão leio o mundo pelos buracos de fechadura de chaves dicotômicas, a realidade social – e a “natural” também, já agora – congrega sistemas complexos de navegação difícil para a qual todos os mapas e bússolas podem ser convocados para a construção de sentidos úteis e narrativas capazes. O que não é o mesmo que dizer que quaisquer dois elementos serão congruentes entre si, e no que toca à definição de pobreza e ao modo como escolhemos conhecê-la – construí-la como conceito e narrá-la como história (infame) das sociedades humanas – há encru-

zilhadas nas quais temos que nos deter e fazer escolhas claras.

E uma das escolhas que importa fazer é esta: escolhemos ficar pela definição de pobreza como medida do rendimento disponível para garantir a sobrevivência em dignidade? Hoje essa medida traduz-se numa linha – está em situação de pobreza quem esta abaixo dessa linha, quem dispõe de rendimentos inferiores a 60% do rendimento médio. Combatemos a pobreza diminuindo o número de pessoas abaixo dessa linha. Ou escolhemos assumir de facto uma definição multidimensional que abarca a perceção de bem-

-estar e qualidade de vida, que se funde com a de exclusão social pela centralidade da pertença, da participação efetiva e satisfatória nos diversos sistemas interconexos que constituem as nossas sociedades? Neste caso, o combate à pobreza travar-se-ia por todos e todas nós, tudo em todo o lado ao mesmo tempo, orientando a ação no presente na emergência e no futuro na prevenção. Soa a realidade distópica porque, tal como a vejo, não é efetivamente deste tempo e deste lugar.

Se o ponto de partida e chegada para este texto fosse um exercício académico, é certo que estaria a pregar para converti-

dos e seria mais um texto de organização de conceitos e suas consequências para ação no combate à pobreza. Não vamos por aí. Encruzilhada #1 superada, escola feita, prossigamos.

Vamos antes pela apreciação do que nos oferece o espaço mediático por estes dias, navegar pela espuma dos números para ver o que sabemos sobre pobreza e combate à pobreza, e como escolhemos saber o que sabemos.

No final de maio deste ano saímos do Fórum Social do Porto com um reafirmado alinhamento das políticas nacionais com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS) e o seu Plano de Ação, que é o roteiro lançado pela Comissão Europeia para a aplicação dos 20 princípios sobre os quais o PEDS assenta. Os princípios agrupam-se em 3 grandes domínios: proteção e inclusão sociais, igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, e condições de trabalho justas. São os 3 alicerces do que será uma “Europa social forte [que] dá prioridade às pessoas e ao seu bem-estar”, cumprindo-se a “promessa de prosperidade partilhada” que se materializa num novo “conjunto de regras sociais” para a ação política e económica dos Estados-membro (in <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1607&langId=en>)

As promessas são as mesmas que presidiram à construção da União Europeia, é um reboot musculado do melhor do pensamento europeísta, agora com um prenúncio de regulação europeia das políticas nacionais de proteção social. O nosso novo conjunto de regras comporta premissas que nos são familiares desde o século XVIII: é pelo livre acesso ao trabalho, pelo salário, que ganhamos acesso aos bens e direitos sociais, e se não trabalhamos por impedimento socialmente validado temos direito a proteção social – funda-se a pobreza assistida por via de políticas sociais do Estado, elas próprias excludentes do coletivo dos “maus pobres”, os que de algum modo não são definidos pela sua relação normativa com o trabalho e, portanto, não são elegíveis para usufruto dos direitos sociais plenos.

Aí estão os nossos alicerces para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, com raízes fundas num passado que continua a determinar os frutos que podemos esperar colher das políticas sociais que construímos para hoje. Se o que nos move coletivamente é o bem-estar das pessoas, resta-nos antever que nos próximos anos as pessoas que serão consideradas para a partilha da prosperidade têm que caber todas no molde do século XVIII. Que é viés que não tenha aqui em consideração que há hoje muito mais alargado acesso ao trabalho do que no século XVIII? Não não é particularmente relevante depois da escolha que faço aqui na minha encruzilhada #2: se as pessoas com quem se “partilha a prosperidade” não forem as pessoas todas, diferentes mas iguais em direitos, este Pilar não só não sustentará como será moralmente insustentável, e passo a ilustrar.

Como vamos saber se o Plano de Ação do PEDS se cumpriu? O mapa que usamos para chegar ao destino é uma folha de Excel e seguimos a estrela polar das met(ric)as – saberemos que estamos a concretizar a Europa social se em 2030, na UE:

- tivermos diminuído em, pelo menos, 15 milhões o número de pessoas em risco de pobreza;
- pelo menos 78% da população entre os 20 e aos 64 estiver empregada;
- pelo menos 60% das pessoas adultas participar anualmente em ações de formação.

A Comissão Europeia considera estas metas “ambiciosas mas realistas” (in <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1607&langId=en>).

Dados publicados em junho de 2023 pelo EUROSTAT dão conta de que na UE, em média, 21,6% da população está em risco de pobreza. São 95,3 milhões de pessoas. Saltamos para 2030, e assumimos que atingimos a ambiciosa meta: na UE não haverá mais do que 80,3 milhões de pessoas em risco de pobreza. É este o número aceitável (porque aceite) de pessoas pobres na concretização da Europa social.

E não nos deteremos muito a avaliar se haverá ou não inclusão, satisfatória para o seu bem-estar, das pessoas adultas noutros sistemas que não no mercado de trabalho, ou se pelo menos 93% das pessoas adultas com mais de 65 anos aprecia positivamente a sua qualidade de vida, ou se pelo menos 87% das crianças e jovens participa anualmente em processos de criação cultural ou de tomada de decisão nas suas comunidades, ou se temos todos e todas cuidados de saúde primários assegurados, e podia continuar sem esgotar todas as dimensões em que revela, instala e se deveria combater a pobreza, para além da via estreita e exclusiva de acesso efetivo aos direitos sociais plenos mediante avaliação de mérito da nossa relação com o mercado de trabalho.

Em Portugal, a partir da subscrição do Plano de Ação do PEDS, definiu-se uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza alinhada com o novo conjunto de regras sociais para os Estados-membro. Assim, e em coerência com o caminho feito no PEDS, num passo enuncia-se uma abordagem que “vai muito além da definição de pobreza enquanto privação de recursos monetários, evitando as abordagens centradas unicamente sobre a análise do ponto de vista monetário e que procuram fazer depender a redução da pobreza unicamente do crescimento económico”, e professa-se uma “visão mais ampla da pobreza, assumindo a pobreza como fenómeno complexo e multidimensional, o qual constitui violação dos direitos humanos e de cidadania e que exige uma atuação integrada das diferentes áreas setoriais no domínio da intervenção pública”, e no passo seguinte estabelecem-se met(ric)as nacionais para 2030:

- reduzir a taxa de pobreza monetária para o conjunto da população para 10 %, o que representa uma redução de 660 mil pessoas em situação de pobreza;
- reduzir para metade a pobreza monetária no grupo das crianças, o que representa uma redução de 170 mil crianças em situação de pobreza;
- aproximação do indicador de privação material infantil à média europeia, em pontos percentuais;

- reduzir para metade a taxa de pobreza monetária dos trabalhadores pobres, o que representa uma redução de 230 mil trabalhadores em situação de pobreza;

- reduzir a disparidade da taxa de pobreza dos diferentes territórios até ao máximo de 3 pontos percentuais em relação à taxa média nacional.

Dando a volta aos números a partir das estatísticas recentes do EUROSTAT – que apontam que em Portugal 20,1% das pessoas está em risco de pobreza – não há um compromisso para, até 2030, tirar da pobreza outras tantas 660 mil pessoas, nem outras tantas 170 mil crianças, nem outras tantas 230 mil pessoas trabalhadoras. E nada se sabe do que se pretende conseguir especificamente em relação às mais de 450 mil pessoas com 65 ou mais anos em risco de pobreza. E não se vislumbram metas tão abrangentes quanto os conceitos de partida, tão ambiciosas quanto as premissas para a ação política em preâmbulo: as metas podiam ser estas com um entendimento de pobreza reduzido a medida do rendimento disponível.

Havia de fazer parte do nosso novo conjunto de regras sociais que não se podem travar combates desapaixonados, que as metas ambiciosas não podem ser realistas, e que se são realistas não é de combate que se trata mas sim de gestão, e perdoe-me que tem na gestão a sua paixão.

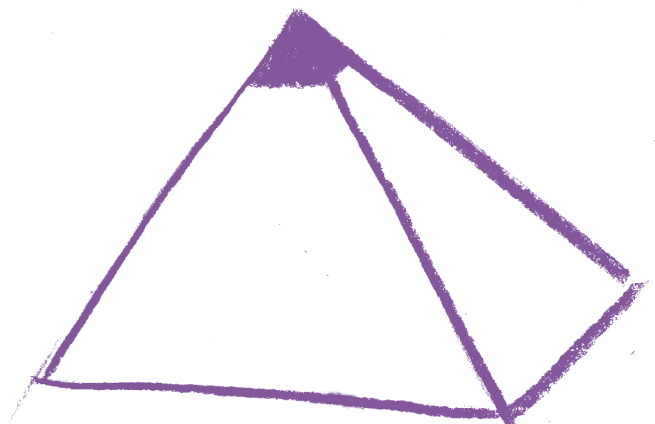
Porque nunca se tratou de combate mas sim se gestão, hoje, aos públicos clássicos - pela sua “vulnerabilidade” enquanto qualidade intrínseca (os públicos-alvo das múltiplas estratégias e planos de inclusão social em vigor) - da proteção social moderna, e aos públicos historicamente fiéis da proteção social conferida aos que não trabalham por motivos socialmente validados (aqueles para os quais ficam por consolidar os alicerces do acesso ao mercado de trabalho) somam-se as pessoas trabalhadoras em situação de pobreza (aquelas para às quais falhou o alicerce das condições de trabalho justas).

Promovendo a gestão da pobreza para que se mantenha coeso q.b., o sistema mantém-se funcional. A setorialização das respostas específicas para as pessoas e grupos vulneráveis a, ou em, situação

de pobreza – como se não fossem todos e todas vulneráveis por referência a um ou outro critério, e num ou nouro sistema desde que este seja capaz de tomar as nossas características e circunstâncias por défices face aos seus inquestionáveis pressupostos de acesso, pertença e participação - continua a ser um dispositivo central na manutenção de uma organização social e económica que convive bem com a vulnerabilização e com a pobreza que gera, e que gere e domestica (i.e., torna doméstica, está connosco em casa, faz parte da família) pela institucionalização da proteção social como setor especializado das políticas do Estado.

Compromisso no combate à pobreza seria escolher a avaliação clara, transparente, programada, sistemática - apaixonada, vá! - dos efeitos e dos impactos de toda e qualquer política do Estado no bem-estar das pessoas – efetivamente definido com toda a sua multidimensionalidade, contemplando e validando as dimensões subjetivas e culturais que comporta; estimando primeiro e medindo, durante e depois, os efeitos e impactos diferenciais das políticas nos diferentes grupos sociais tomando em consideração as variáveis que traçam as linhas entrecruzadas e cumulativas da exclusão social.

Fazer escolhas inequívocas em cada decisão política, sustentada em conhecimento útil e capaz de abarcar a complexidade, escolher sem meias tintas o caminho do combate à pobreza em cada encruzilhada, os dois pés no mesmo caminho. Apesar das escolhas e escolhos do caminho, vamos sempre a tempo de escolher, daqui para a frente, dar uma no cravo e a outra também.



# Estamos zangadas!

texto de Ana Vasquez e Patrícia Martins, para a intervenção do coletivo Feminismos Sobre Rodas na manifestação Casa para Viver

O Feminismos Sobre Rodas é um coletivo feminista anticapitalista e interseccional aqui do Porto.

Somos a Ana, a Bia, Catarina, a Constantina, a Daniela, a Fernanda, a Inês, a Luz, a Maria Francisca, a Maria de Maria, as Martas, a Mónica, a Nico, Noah, as Patrícias, as Ritas, as Sofias, a Simone, a Thay, e tantas outras com que nos cruzamos nas lutas que travamos.

Estamos zangadas!

Essas lutas, travamo-las lado a lado com todas as mulheres, sejam elas jovens, migrantes, queer, idosas, profissionais do sexo, mulheres com deficiência, mulheres negras, mães solteiras, mulheres ciganas. Somos mulheres que sofrem discriminação no acesso à habitação e depois nos vemos forçadas a gastar na casa uma fatia demasiado grande dos nossos rendimentos, do nosso tempo e do nosso corpo.

É raiva o que sentimos!

Senhores proprietários, senhores do Governo, como se sentem, sabendo que trabalhamos 40h por semana, e que o nosso ordenado enche os vossos bolsos, deixando vazias as nossas barrigas e as dos nossos filhos?

O nosso trabalho, de 40h por semana, que tantas vezes não paga uma casa digna, mas que vos paga toda uma vida assente na exploração das pessoas e do planeta.

O Governo e a União Europeia pagam os estudos e as estatísticas. Já sabemos, senhores, da inflação do valor do pão, da falta de casas, e vejam só, até do número de pobres em Portugal! Adivinhem? Somos nós a maioria das piores estatísticas

e de quem enche o bolso do senhorio, da Sonae, da EDP e da banca deste País!

Somos mulheres de corpos cansados e marcados pela dupla jornada de trabalho - corpos e corações duplamente feridos e sacrificados pelas difíceis escolhas a que somos obrigadas pelo aumento do custo de vida e a inflação: pagar a casa, ou o pão? Investir em saúde ou em educação? Importa lembrar, como canta o Sérgio Godinho. Senhores governantes, "a sede de uma espera só se estanca na torrente (...) só há liberdade a sério quando houver a PAZ, O PÃO, HABITAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO".

Pois à Paz que pedimos responde-nos a violência machista.

Pedimos Pão? Respondem-nos com a inflação!

Saúde? A privatização do SNS.

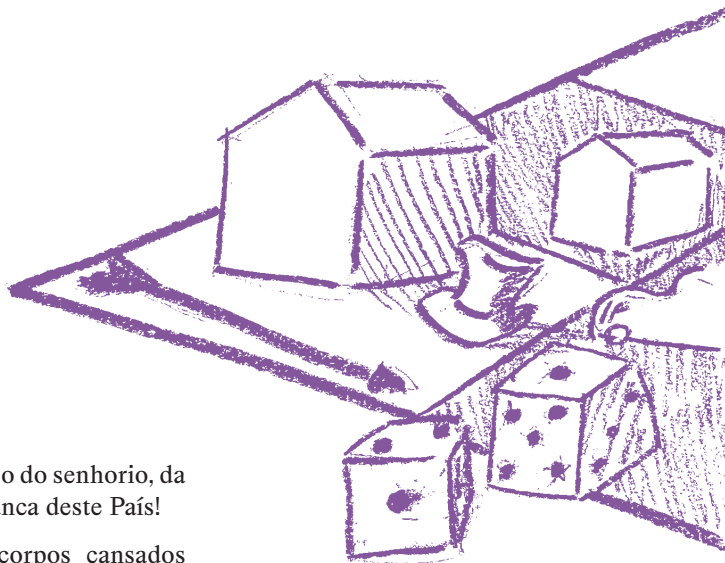
Educação? Devolvem-nos a precariedade.

Em que País temos de viver? É neste País, digam-nos, que temos de viver?

É neste país, em que tanta gente conta os trocos para comer, que temos de sobreviver?

Senhor Primeiro Ministro, o que é que acha que uma mulher vítima do crime que mais mata em Portugal vai fazer, quando quiser fugir de casa com os filhos porque o marido lhe bate, a humilha, a agride? Vai viver para onde? Senhor primeiro ministro, senhores governantes, a pergunta é simples: VAMOS VIVER ONDE???

Quantas mais associações, ativistas, e vejam só, comissões para a Igualdade de Género pagas pelo Governo, vão ter



de repetir que a negação de Direitos Básicos como a Habitação, aumenta a desigualdade entre mulheres e homens; que nos coloca a nós, mulheres, em situações de maior vulnerabilidade às violências machistas!

Estamos longe, muito longe, da liberdade e da paz que nos prometeram e que só alcançaremos quando as nossas vidas tiverem como pilar base e garantido a justiça social.

Ela não existe sem um teto. Sem casas onde se possa viver, fazer barulho e ensaios do mundo que queremos construir.

Saudamos também a Marcha do Orgulho do Porto que, apesar de hoje não poder falar, desde 2006 traz ao centro da cidade a luta pela Habitação, porque assim como o Porto não se Vende, O Orgulho e as pessoas LGBTQIA+ não se rendem.

Estamos zangadas.

Estamos cansadas.

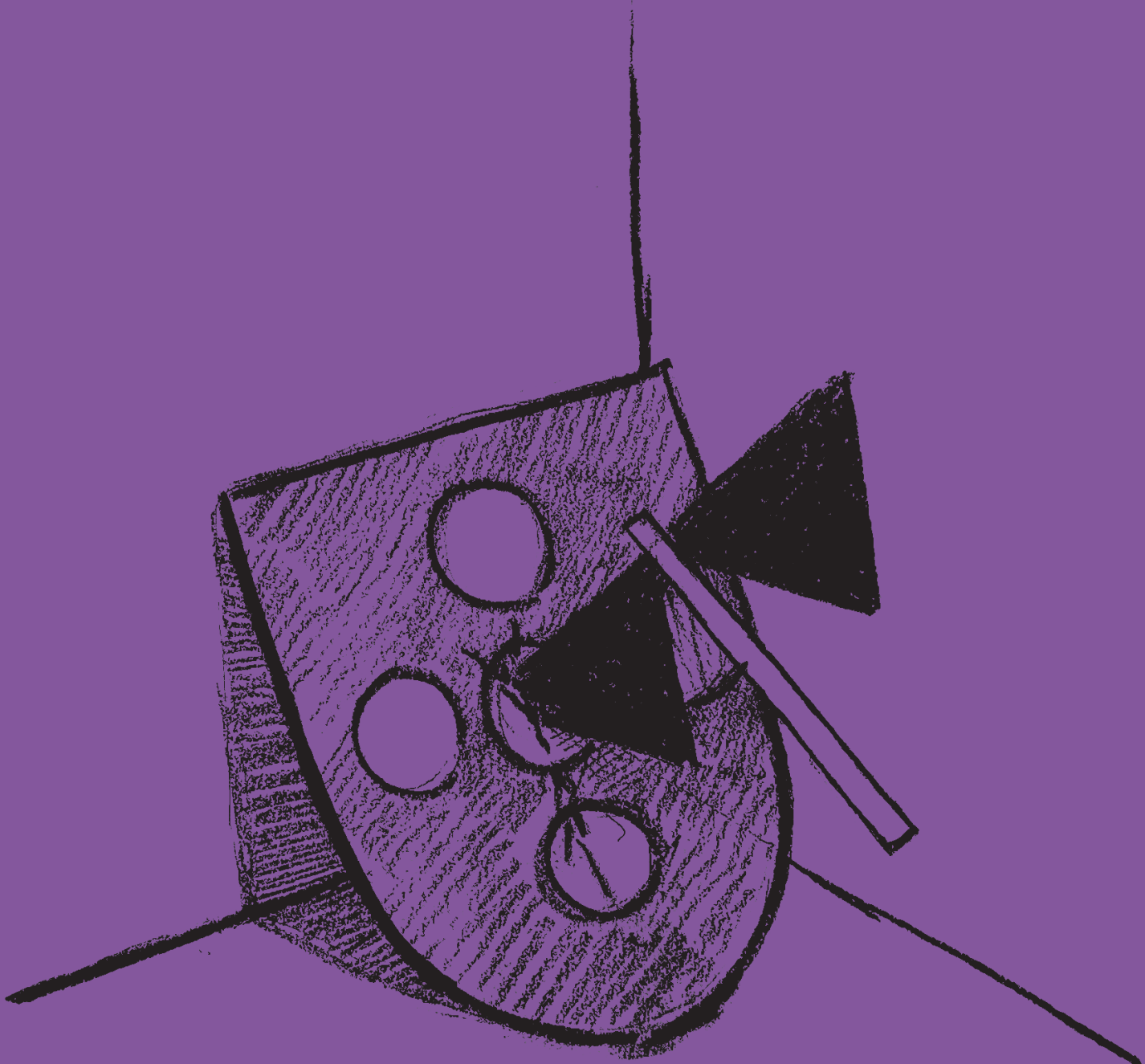
Estamos com raiva!

E por isso aqui estamos: juntas, unidas e com espaço para todas as vozes!



# dossiê

#63 SÉRIE II JULHO 2023



# Periferias Queer

# Unidas como as uvas estão no cacho

Por *Andrea Peniche*, ativista feminista, membro de *A Coletiva Filipe Gaspar*, ativista LGBTQIA+, membro da *Marcha do Orgulho do Porto (MOP)*

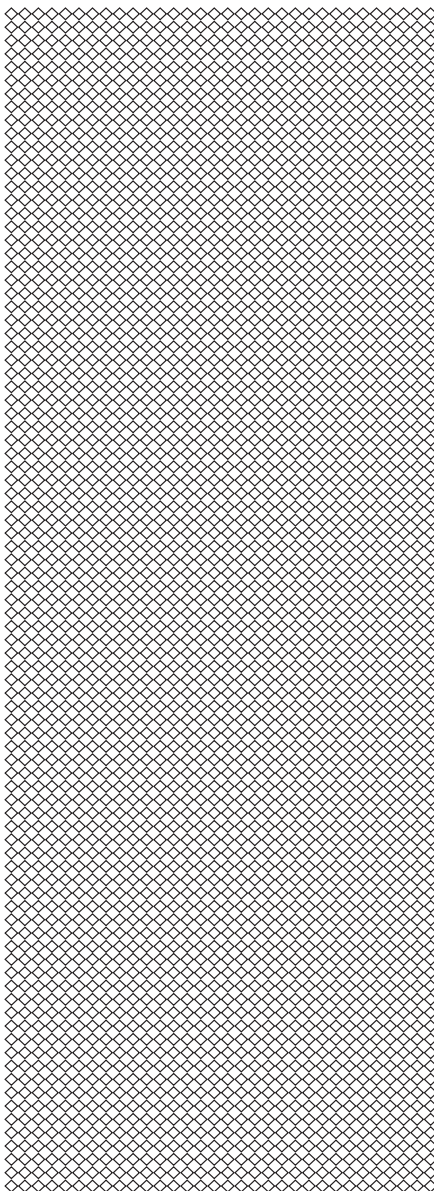
No cenário atual das lutas por direitos e pela igualdade, é importante estarmos atentos às manobras de poder que podem ensombrar as propostas e as conquistas dos movimentos sociais. Uma dessas sombras é o pinkwashing, uma estratégia do liberalismo para esvaziar politicamente movimentos emancipatórios e torná-los inofensivos. Outra é a contraofensiva da direita conservadora e da extrema-direita, que pretende fazer recuar direitos conquistados. Sobre ambas nos debruçaremos, em exercício crítico.

## **O pinkwashing é uma estratégia de aproveitamento e esvaziamento políticos**

O pinkwashing é uma estratégia usada por alguns governos, empresas e instituições que, apresentando-se como defensores dos direitos LGBTQIA+, pretendem desviar a atenção das suas políticas controversas ou de violações de direitos humanos.

Um dos mais conhecidos e referidos exemplos de pinkwashing é o praticado pelo Estado de Israel, que, através de políticas favoráveis aos direitos queer, procura dar de si uma imagem de país progressista, tentando, por essa via, obscurecer ou relativizar aquilo que efetivamente é: um regime de apartheid e de violações continuadas dos direitos do povo palestiano.

Outro exemplo de pinkwashing é aquele que observar-se em países que criminalizam a homossexualidade ou têm políticas opressivas em relação à comunidade LGBTQIA+. Alguns dos governos desses países tentam melhorar a sua reputação internacional, ratificando documentos e/ou sublinhando pequenos

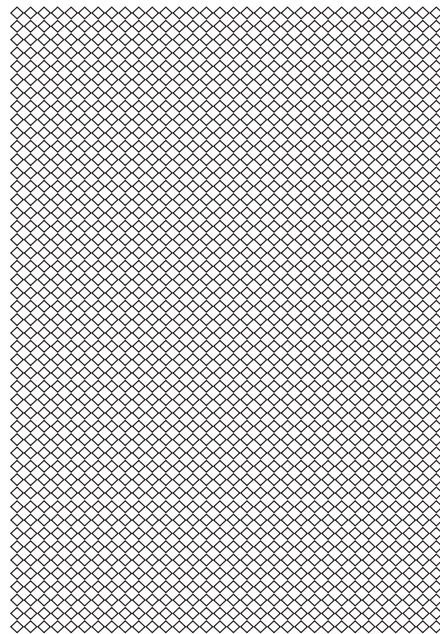


avanços ou ações isoladas voltadas para as comunidades queer, ao mesmo tempo que continuam a negar direitos fundamentais a essas pessoas no seu próprio território.

O purplewashing é uma outra face da mesma moeda, uma estratégia de lavagem de imagem através dos direitos das mulheres ou da igualdade de género. A Arábia Saudita, atualmente, leva a cabo uma campanha internacional de charme, convidando e desafiando à criação (remunerada) de vídeos (IA) promocionais que ilustrem “a transformação da Arábia Saudita, destacando o seu património, a mudança de visão sob a liderança de Mohammad Bin Salman e os ambiciosos planos para o futuro”. Numa das quatro mensagens-chave que o vídeo solicita, são dadas instruções

claras para “sublinhar a inclusão e a capacitação das mulheres na condução de mudanças económica e socialmente positivas”. O país da petroescravatura quer lavar a sua face e procura fazê-lo através da instrumentalização dos direitos das mulheres.

O pinkwashing não é, porém, uma prática exclusiva de Estados, é-o também de diversas instituições e corporações comerciais. Estas procuram beneficiar-se da imagem progressista associada ao apoio aos direitos LGBTQIA+, ao mesmo tempo que prosseguem as suas próprias práticas discriminatórias. Fazem-no através da mercantilização e da merchandização de uma causa justa, procurando esvaziá-la do seu potencial transformador, tornando-a neutra e inofensiva, mais um produto do mercado global e da cultura pop. Há casos de grandes corporações que desenvolvem conteúdos publicitários dirigidos especificamente à comunidade LGBTQIA+, que olham como nicho de mercado apetecível, com o objetivo não só de melhorarem a sua imagem, mas também de atraírem os seus membros como consumidores. No entanto, várias vezes, essas mesmas empresas têm não só histórico de práticas discriminatórias, como financiam grupos que promovem agendas contrárias aos direitos das populações não normativas. A comunidade LGBTQIA+ é olhada como negócio e o suposto compromisso com os seus direitos é tão-só instrumental e usado como benefício comercial.



chas do Orgulho não são permitidas e a Constituição define o casamento como, exclusivamente, “a união entre um homem e uma mulher”. Na Arábia Saudita, o país do purplewashing, a homossexualidade é punida com pena de morte.

A legitimação destes governos abriu a caixa de Pandora: não só detêm – e usam – os instrumentos que lhes permitem fazer recuar leis, ou impedir que outras avancem, como a sua existência revigorou os movimentos que, não sendo poder, partilham a mesma cartilha, nomeadamente através do seu financiamento.

### **A contraofensiva conservadora**

Desde que o trumpismo normalizou o atavismo e a violência, a direita conservadora e a extrema-direita perderam aquilo por que vociferam: a vergonha. Vivemos tempos em que os movimentos e as causas emancipatórias enfrentam, em simultâneo, tentativas de instrumentalização e esvaziamento por parte do liberalismo e uma contraofensiva conservadora e radical de cujo programa faz parte o recuo de direitos conquistados pelas minorias e maiorias sem poder. Na mira desta contraofensiva, estão movimentos e ativistas antirracistas, queer e feministas.

Dos EUA de Trump ao Brasil de Bolsonaro, da Rússia de Putin à Polónia de Duda, da Hungria de Orbán à Itália de Meloni ou às Filipinas de Modi, em todos os países em que a direita conservadora e a extrema-direita ganharam força ou estão/estiveram no poder, o seu programa de ação passa/passou por fazer recuar os direitos sexuais e reprodutivos e perseguir modos de vida não normativos. Nos EUA, o aborto legal passou a ser uma intervenção de difícil ou muito difícil acesso, desde o recuo da *Roe vs. Wade* que, durante meio século, garantiu a jurisprudência que assegurava o direito ao aborto. Na Polónia, as mulheres voltaram a ter de ocupar as ruas em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos entretanto revogados. Na Hungria foi aprovada uma lei que permite denunciar às autoridades pessoas e famílias LGBTQIA+, considerando que estas põem em causa “o papel constitucionalmente reconhecido do casamento e da família”. Na Rússia, a comunidade LGBTQIA+ está proibida de sair do armário: as mar-

Movimentos como o Habeas Corpus e partidos como o Chega dão, por cá, corpo a este atavismo e ultrapassaram a fronteira da divergência de ideias: em junho de 2023, uma exposição promovida pelo Évora Pride, que propunha uma reflexão sobre o ódio à comunidade LGBTQIA+, foi vandalizada; na mesma cidade, um grupo de 3-5 homens invadiu e interrompeu, com insultos e agressões, a iniciativa Pride dos Pequeninos, na qual se procurava sensibilizar para a empatia, o amor e a não discriminação.

A Target, uma empresa retalhista dos EUA, perante as ameaças de alguns clientes furiosos com a visibilidade do Mês do Orgulho nas suas lojas, retirou a coleção alusiva à quadra.

A intimidação e a violência são, sem qualquer espécie de vergonha ou pudor, a linguagem desta gente, embrulhada, contudo, numa nova retórica: a defesa dos direitos das “nossas crianças”.

Ou avançamos todes, ou não avança ninguém

Embora o Europride tenha como objetivo celebrar a diversidade e promover a igualdade LGBTQIA+, é uma iniciativa construída a partir de patrocínios e parcerias comerciais. Muitas dessas empresas, como referimos, estão manchadas por práticas discriminatórias e usam o Orgulho para lavarem a sua imagem e se promoverem como inclusivas. É, por isso, necessário prestar atenção às práticas de pinkwashing e responder-lhes com clareza: o apoio às causas LGBTQIA+, e a todas as outras, faz-se com medidas concretas, e não proclamatórias, porque só essas alteram as condições de vida de quem vive discriminado.

No contexto português, é fundamental conhecer a história de luta e resistência da comunidade LGBTQIA+. As marchas do Orgulho têm ganhado cada vez mais expressão, representando um espaço de afirmação, visibilidade e reivindicação de direitos. Desde os primeiros corajosos protestos pela igualdade até às atuais marchas que atravessam todo o país, temos muito claro o que queremos: afirmar uma comunidade, reivindicar direitos, construir solidariedades e alianças. As marchas são dias de festa e luta, não são desfiles comerciais.

Continuar as lutas por uma sociedade justa, onde todas as pessoas possam viver sem medo de ser quem são, é, pois, o nosso compromisso. E, por isso, não cedemos nem nos curvamos perante o poder do dinheiro e as tentativas de instrumentalização. As nossas vidas não estão à venda, a nossa consciência não se verga, as nossas lutas e os nossos corpos não são mercadorias.

O ativismo que nos interessa e que, em nosso entender, é capaz de responder às sombras, é o que se empenha e compromete com a transformação e a justiça sociais para todas as pessoas. A solidariedade é, por isso, o fio que entretetece as nossas práticas e as nossas lutas, razão pela qual caminhamos lado a lado com outros movimentos sociais. Somos como as uvas de um cacho: só fazemos sentido se estivermos juntas, unidas. E é neste cacho que investimos as nossas vidas, os nossos corpos, a nossa esperança, para avançarmos todes e ninguém ficar para trás.

# O preço da vossa normalidade é a nossa morte

Por Paul B. Preciado

A batalha legal travada por Gaëtan Schmitt para ser declarado de "sexo neutro" e a importante circulação do documentário *Ni fille ni garçon*, que segue a trajetória, entre outros, do ativista Vincent Guillot, trouxeram ao debate público em França as exigências dos movimentos intersexuais. Se os anos 60 foram a época de surgimento dos movimentos feminista e homossexual, poderíamos dizer que o novo milénio se caracteriza pela crescente visibilidade das lutas trans e intersexuais. Abre-se assim a possibilidade de configurar uma segunda revolução sexual transfeminista, não estruturada em forma de política de identidade, mas sim construída através de alianças de múltiplas minorias políticas face à norma.

A nossa história da sexualidade é tão surpreendente como um relato de ficção científica. Depois da Segunda Guerra Mundial, a medicina ocidental, dotada de novas tecnologias que permitiam aceder a diferenças do ser vivo que até então não eram visíveis (diferenças morfológicas, hormonais ou cromossômicas), confronta-se com uma realidade incômoda: existem, desde o nascimento, corpos que não podem ser caracterizados simplesmente como femininos ou masculinos: pênis pequenos, testículos não formados, ausência de útero, variações cromossômicas que excedem XX/XY... Bebês que põem em causa a lógica do binarismo. Dá-se então aquilo a que, na terminologia de Thomas Khun, poderíamos chamar uma crise do paradigma epistemológico da diferença sexual. Teria sido possível modificar o quadro cognitivo da atribuição sexual, abrir a categoria do humano a qualquer forma de existência genital. Porém, o que aconteceu foi exatamente o contrário. O corpo genitalmente diferente foi declarado "monstruoso", "inviável", "deficiente" e sujeito a uma série de operações cirúrgicas e hormonais destinadas a reproduzir a morfologia genital masculina ou feminina dominante.

Os macabros protagonistas desta história (John Money, John Hampton e Andrea Prader) não são nem físicos nucleares nem militares. São pediatras. A partir dos anos 50, a "escala de Prader" (um método visual para medir o que denominam a "virilização anormal dos órgãos genitais" dos bebês, estudando a longitude e a forma dos órgãos) e o "protocolo Money" (que estabelece os passos a seguir para reconduzir o corpo de um bebê intersexo para um dos polos do binário, masculino ou feminino) passaram a ser generalizados. A mutilação genital dos bebês considerados intersexuais torna-se então uma rotina hospitalar. Se diversas convicções religiosas praticam rituais de marcação e mutilação genital (clitoridectomia, circuncisão, etc.) que o Ocidente dito civilizado declara como bárbaros, esse mesmo discurso racional aceita como necessária a prática de violentos rituais científicos de mutilação genital. A ficção científica gore porn dos anos 50 é hoje a nossa arqueologia anatómica comum.

A diferença genital masculino-feminino é, na realidade, uma estética arbitrária e historicamente sobrevalorizada (um conjunto de formas julgadas de acordo com uma escala de valores), segundo a qual os seres humanos têm apenas duas possibilidades: pênis penetrante, vagina penetrada. Somos vítimas de um kitsch porno-científico: a estandarização da forma do corpo humano de acordo com critérios de estética genital heterocentrada. Fora desta estética binária, qualquer corpo se considera patológico e, portanto, é submetido a um processo de normalização terapêutica.

O sistema binário sexo/gênero é para o corpo humano o que o mapa é para o território: um quadro político que define órgãos, funções e usos. Um quadro cognitivo que estabelece as fronteiras que separam o normal do patológico. Da mesma forma que os países africanos foram inventados pelos acordos coloniais feitos pelos impérios do século XIX, a forma e a função dos nossos chamados órgãos sexuais foram o resultado dos acordos feitos pela comunidade científica norte-americana do período da Guerra Fria e das suas tentativas para manter os privilégios do patriarcado e a organização social da reprodução heterossexual.

O movimento intersexual contemporâneo denuncia a forma como Prader confunde, por exemplo, as formas genitais pouco habituais (realmente, "pouco habituais"? Um bebé em cada 2000 nascidos, segundo Prader, um em cada 1000 ou até em cada 800 segundo estudos mais recentes) com formas patológicas, forçando um processo de normalização cirúrgica ou hormonal que viola o direito de um corpo à sua integridade morfológica. A mutilação genital deve ser considerada um crime, independentemente de ser levada a cabo sob a legitimação de um discurso religioso ou científico. Um corpo com macroclítoris e com útero tem direito a ser reconhecido como um corpo humano viável, sem necessidade de ser reconduzido de forma violenta à estética genital binária. Um corpo sem

pênis e com um orifício não penetrável pode ter existência genital e sexual fora da imposição forçada da heterossexualidade normativa. Outras estéticas genitais são possíveis e merecem ser politicamente viáveis. Algumas pessoas trans escolhem intencionalmente uma estética intersexual (homem sem pênis, mulher com pênis, etc.) como forma preferencial de redesenhar o corpo.

É o regime binário de sexo-gênero que deve ser modificado, não os corpos chamados intersexuais. O preço da vossa normalidade sexual é o nosso "intersexualicídio". A única cura de que precisamos é a de uma mudança de paradigma. No entanto, como a história nos ensinou, dado que o paradigma da diferença sexual e de gênero é a garantia da manutenção de um conjunto de privilégios patriarcais e heterossexuais, essa mudança não será possível sem uma revolução política.

O transfeminismo poderá definir-se como aquele movimento revolucionário, ainda que pacífico, que, procedente da aliança das lutas históricas antipatriarcais do feminismo e das lutas recentes pela desmedicalização e despatologização dos movimentos trans, intersexual e da deficiência (handiqueer), entende a abolição do sistema binário sexo-gênero, e das suas inscrições institucionais e administrativas (desde a atribuição do sexo in utero ou no momento do nascimento) como condição de possibilidade de uma transformação política profunda, que conduza ao reconhecimento da irredutível multiplicidade dos seres vivos e do respeito pela sua integridade física.

*[Publicado originalmente no Jornal Libération e recolhido no livro Um apartamento em Urano (Bazarov, 2020)]*

# Contra-cartografias LGBTQIA+

A descentralização e cooperação do movimento ativista português mostra ser uma ferramenta importante para a visibilização das interseccionais desigualdades e reivindicações de pessoas LGBTQIA+. Sendo estes espaços de celebração e reivindicação política, agregados de causas diversas, a descentralização da mobilização LGBTQIA+ mostra a importância para a necessária mudança de mentalidades e fortalecimento da cidadania participativa. Este é um caminho que quer no continente como nos arquipélagos, do Norte ao Sul do país, do litoral ao interior, o compromisso perante o combate à discriminação e saudação aos princípios de dignidade humana se mostram afirmar.

*Por Daniel Santos Morais*

## Almada

A comunidade de Almada exprime cada vez mais uma necessidade de emancipação da formação de Lisboa. Não queremos de ter que ir sempre ao outro lado do rio para gritarmos pela nossa visibilidade, pelos nossos direitos.

Não creio que visemos uma Marcha do Orgulho em Almada para amanhã já. A prioridade está na criação de uma rede militante proximal, com organizações e ativistas que desenhem a luta LGBTQIA+ no território, na população e na política local.

Mas visamos a descentralização das marchas já existentes, nomeadamente a Marcha do Orgulho LGBTQIA+ de Lisboa. Esse esforço passar pela divulgação e pela dinamização de atividades que ultrapassem as fronteiras do concelho de Lisboa, interagindo com as populações dos restantes concelhos da Área Metropolitana. É um propósito que urge a integração de ativistas e movimentos das periferias nas

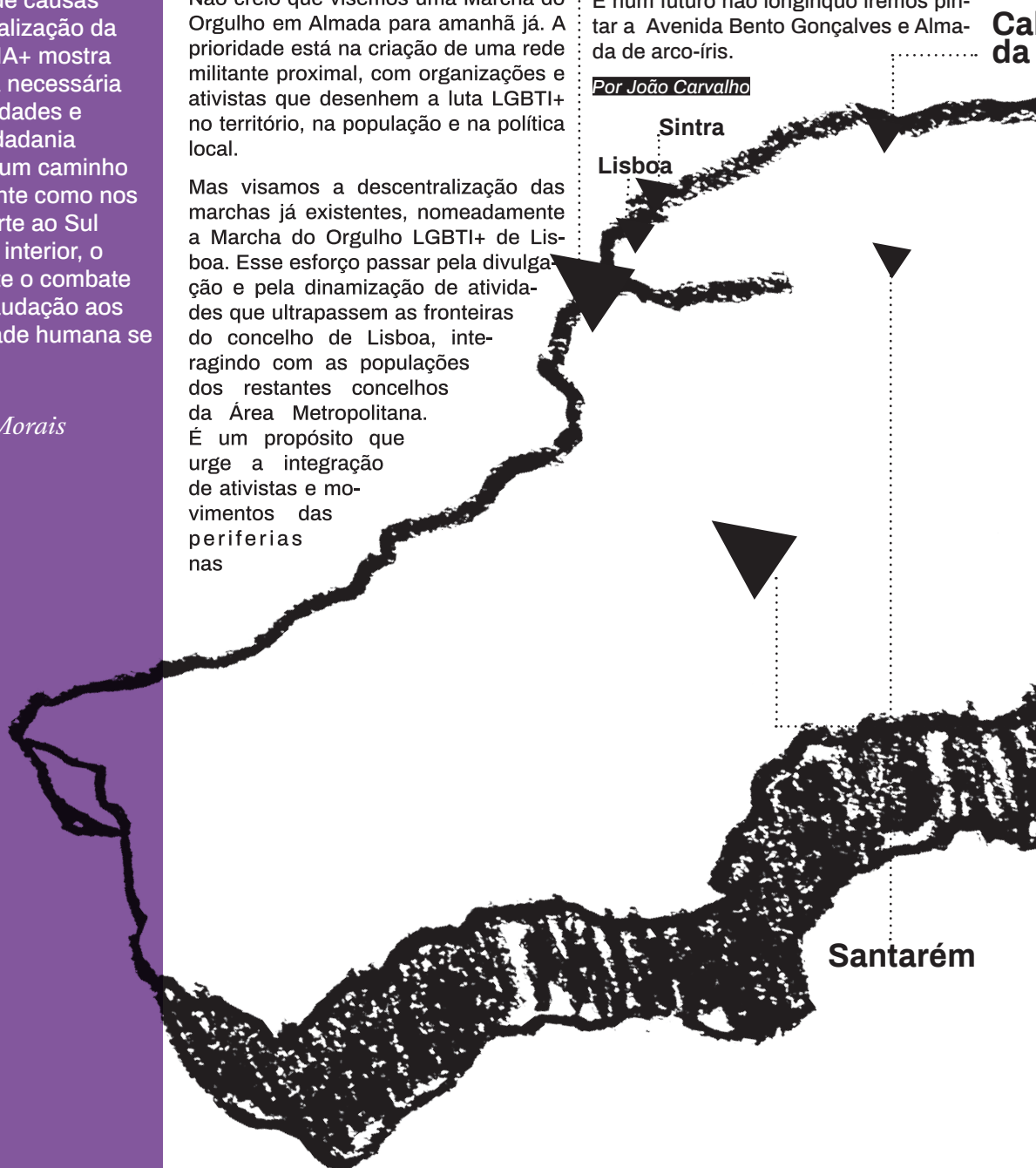
organizações das marchas centrais, projetando a voz e experiência das pessoas LGBTQIA+ das periferias.

Lisboa é uma bolha e as pessoas LGBTQIA+ de Almada e das periferias não podem ser engolidas por uma narrativa que reflete apenas a experiência centralista.

Queremos uma luta que ocupe todo o país, fortalecendo as estruturas dos territórios fora dos grandes centros urbanos, onde a população LGBTQIA+ acumula diferentes pesos de discriminação. Queremos marchar todo os dias do mês, em todos os lugares, com todas as nossas irmãs.

E num futuro não longínquo iremos pintar a Avenida Bento Gonçalves e Almada de arco-íris.

*Por João Carvalho*



## Coimbra

Marchar é um ato revolucionário que se deve espalhar a todos os territórios, na medida em que por todo o país existem preconceitos e conservadorismos camuflados de normalidade. Coimbra tem a importância simbólica de ser a primeira marcha a romper com o binómio das grandes cidades, abrindo caminho para a primavera das marchas que agora vivemos.

*Por Carolina Gomes*

## Porto

## Santo Tirso

## Guimarães

Barcelos

Esposende

Felgueiras

Vizela

Chaves

Bragança

Aveiro

Ovar

Famalicão

Viseu

Leiria

Idas Rainha

Tomar

## Évora

Num país que se move a diferentes velocidades, torna-se urgente que Évora consiga tecer de raiz a mais eficaz das forma de resistência: pontes entre as pessoas que permitam a construção de uma rede de suporte em forma de comunidade.

*Por Pat Correia Rico*

## Braga

Em Braga, a luta pelos direitos LGBTQIAPN+ é constante. Ainda vemos os nossos cartazes a ser arrancados, a nossa ida para a rua condicionada e a nossa comunidade violentada das mais diversas formas. É por isso urgente continuar a marchar, reivindicar e ocupar o espaço que é nosso por direito. Nós existimos e resistimos, face a uma sociedade e cidade que ainda não nos deixam "ser felizes, porra!"

*Por Teresa Amorim*

S. João da Madeira

